

EDITORIAL

A presente edição reúne estudos que refletem os desafios contemporâneos enfrentados pelo Direito diante das profundas transformações sociais, tecnológicas e institucionais da atualidade.

Os artigos selecionados abordam temas de elevada relevância acadêmica e prática, demonstrando o compromisso da pesquisa jurídica com a construção de soluções para problemas concretos que impactam diretamente a sociedade brasileira.

O primeiro trabalho, intitulado “A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) como Instrumento de Humanização da Execução Penal Brasileira”, analisa criticamente o sistema penitenciário nacional e apresenta o método APAC como alternativa voltada à efetivação da dignidade da pessoa humana e à ressocialização dos apenados. A pesquisa examina os fundamentos jurídicos e sociais do modelo, destacando sua contribuição para a redução da reincidência criminal e para a promoção de uma execução penal mais compatível com os valores constitucionais.

Na sequência, o artigo “Abuso Sexual Infantil no Âmbito Virtual: A Responsabilidade Civil dos Responsáveis Legais e das Plataformas Digitais” enfrenta uma das mais sensíveis questões da sociedade digital contemporânea. O estudo investiga os mecanismos de proteção de crianças e adolescentes diante dos riscos presentes no ambiente virtual, examinando a responsabilidade civil dos pais, responsáveis e provedores de plataformas digitais. A pesquisa evidencia a necessidade de atuação conjunta entre família, sociedade e agentes econômicos para garantir a efetividade da proteção integral assegurada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A temática da transformação digital também está presente no artigo “O Controle Judicial dos *Smart Contracts* no Direito Brasileiro”, que analisa os impactos das tecnologias *blockchain* e dos contratos inteligentes sobre a teoria contratual tradicional. O trabalho discute a compatibilidade dos *smart contracts* com os princípios do Direito Civil brasileiro, bem como os desafios relacionados à interpretação jurídica, à execução automatizada das obrigações e à preservação da função jurisdicional em um contexto de crescente automação das relações privadas.

Em perspectiva igualmente inovadora, o estudo “Responsabilidade Civil dos Influenciadores Digitais em Finanças” examina a atuação dos chamados “finfluencers” e seus reflexos sobre o mercado de capitais e a proteção dos investidores. A pesquisa aborda os riscos decorrentes da disseminação de informações financeiras imprecisas ou enganosas nas redes sociais, analisando os fundamentos jurídicos da responsabilização civil e a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos regulatórios e de autorregulação voltados à proteção do público investidor.

Completando esta edição, o artigo “O Marketing Jurídico” desenvolve uma relevante reflexão acerca dos limites éticos e jurídicos da publicidade na advocacia. A partir de uma análise comparada entre sistemas jurídicos de tradição *common law* e *civil law*, o estudo examina

alguns apontamento do desenvolvimento da publicidade advocatícia e os desafios impostos pelas novas formas de comunicação digital, contribuindo para o debate sobre a conciliação entre liberdade de expressão, concorrência profissional e observância dos princípios éticos que regem o exercício da advocacia.

Em conjunto, os trabalhos publicados demonstram a capacidade do Direito de dialogar com fenômenos emergentes e de oferecer respostas aos desafios impostos pelas transformações tecnológicas, econômicas e sociais do século XXI. A diversidade temática aqui apresentada evidencia não apenas a pluralidade da pesquisa jurídica contemporânea, mas também seu compromisso com a promoção da justiça, da cidadania e da efetivação dos direitos fundamentais.

Agradecendo as valiosas contribuições de todos os autores para este volume do meio de ano letivo de 2026 da *Revista Direito UTP*, desejamos aos leitores uma excelente leitura e que as reflexões desenvolvidas nesta edição contribuam para o fortalecimento do conhecimento jurídico e para o aprimoramento do debate acadêmico e profissional.

Inverno de 2026

Thaís G. Pascoaloto Venturi

Conselho Editorial/ Editora